

RANKING do nível de responsabilidade social das empresas brasileiras listadas no ibrx-100

Michele Gonçalves
Universidade Regional de Blumenau (FURB)
michele_goncalves36@yahoo.com.br

Herivelton Antônio Schuster
Universidade Regional de Blumenau (FURB)
Herivelton_schuster@hotmail.com

Roberto Carlos Klann
Universidade Regional de Blumenau (FURB)
rklann@furb.br

O objetivo deste estudo foi analisar o *ranking* do nível de responsabilidade social corporativa das empresas brasileiras listadas no IBrX-100. Para tal, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e com abordagem quantitativa. A população do estudo compreendeu as empresas listadas no Índice Brasil 100 (IBrX-100). A amostra do estudo foi composta por 22 empresas, as quais possuíam os dados necessários para o estudo. Os resultados demonstraram que as empresas do setor Utilidade Pública tiveram destaque, sendo que praticamente a metade da amostra em todos os anos foi composta por empresas deste setor, bem como figuraram entre aquelas com maiores índices de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), demonstrando a consciência deste setor para com a sociedade e o meio ambiente. Encontrou-se uma tendência de que as empresas brasileiras analisadas estão com fraco planejamento no que tange aos aspectos de responsabilidade social corporativa (interno, externo e ambiental), visto que mais 75% da população não divulgou investimentos nesta área. Para futuras pesquisas, sugere-se a inclusão de amostras de outros países pode acrescentar resultados importantes para a literatura e o tema pesquisado, bem como a utilização de outras métricas para se estabelecer e mensurar o nível de RSC de cada empresa e a utilização de bases de dados diferenciadas, como o GRI, por exemplo, as quais podem limitar ou resultar em melhores achados.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Corporativa; Balanço Social; Ranking;

Responsabilidade Social e Ambiental

1 INTRODUÇÃO

No seu percurso normal, as empresas tendem a preocupar-se essencialmente na obtenção de lucros e capital (Mazzioni, Di Domenico, & Zanin, 2011), sendo o meio ambiente e a sociedade os principais insumos para cumprir com estes objetivos propostos. No entanto, este cenário vem se alterando e é perceptível o aumento de movimentos sociais reivindicando estruturas e condições melhores para execução do trabalho, redução das desigualdades sociais, bem como maior responsabilidade com os aspectos ambientais (Pinto & Ribeiro, 2004).

Neste sentido, Mazzioni *et al.* (2011) destacam que a empresa não deve visar apenas lucros na sua atividade, mas que o relacionamento desta com a sociedade deve estar intrínseco à sua atividade. Para tal, já são perceptíveis as mudanças nas formas de planejamento, reformulação de políticas e relacionamento das empresas com os clientes, fornecedores, funcionários, acionistas, bem como, com a comunidade em geral. Além disso, verifica-se uma mudança quanto à preservação do meio ambiente e a busca por melhor qualidade de vida (Ferraz & Scudeler, 2009).

Contudo, um dos principais reflexos do desenvolvimento e crescimento das empresas, bem como de reformulações de políticas que busquem atender a sociedade em geral, foi a necessidade de reestruturação da contabilidade, a qual é responsável por mensurar as informações para responder a estas exigências (Luca, 1998). Ao evidenciar informações adicionais sobre a gestão empresarial e as ações de responsabilidade social corporativa (RSC), indo muito além das exigências legais (Luca, Moura, & Nascimento, 2012), as empresas visam atrair e prospectar novos investidores, além de maximizar a confiança junto aos mercados.

A adoção de uma postura que cumpra com as perspectivas sociais e ambientais (Ferraz & Scudeler, 2009) é vista como um diferencial competitivo e está se tornando foco de diversas empresas. Para tal, destaca-se que as ações de RSC podem ser evidenciadas por meio de um instrumento contábil denominado balanço social. No Brasil, a publicação dessa demonstração não é obrigatória, exceto para o setor de energia elétrica a partir do ano 2007. Contudo, nota-se um aumento de empresas que divulgam ações de RSC junto às demonstrações contábeis nos últimos anos (Ferraz & Scudeler, 2009).

Neste contexto, a divulgação de cunho social é essencial e oportuniza a prospecção de investimentos pela empresa (Bushman & Smith, 2003), haja vista que auxilia os investidores a alocarem seus recursos de forma eficiente diante da diversidade de opções existentes no mercado. O balanço social, neste sentido, tem o propósito de suprir a limitação de divulgação exercida pela contabilidade financeira, em suma, é uma ferramenta utilizada para a evidenciação de informações de cunho social e ambiental (Ibase, 2015).

Carroll (1999) destaca que o conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) já era discutido há muitos anos e ao longo da história ganhou vários sentidos. Há evidências da preocupação das empresas para com a sociedade há séculos, porém, as evidências formais começaram a surgir a partir do século 20. Para McWilliams e Siegel (2001), a RSC condiz com as ações executadas em prol do bem social, sendo estas além do que as leis obrigam, ou seja, de caráter voluntário. É considerada, ainda, um reflexo de uma boa gestão (Mullenbach & Gond, 2004), que passa a perceber além das necessidades internas da empresa e que contempla todos os envolvidos na sua atividade, bem como as consequências decorrentes dela.

Frente ao exposto e tendo em vista a relevância atual do tema responsabilidade social corporativa, tanto no âmbito acadêmico quanto como indicador de qualidade da gestão empresarial, destaca-se a seguinte questão que norteia esta pesquisa: Qual é o nível de responsabilidade social corporativa das empresas brasileiras listadas no IBrX-100? A partir do exposto, o objetivo desta pesquisa é analisar o *ranking* do nível de responsabilidade social corporativa das empresas brasileiras listadas no IBrX-100.

O estudo justifica-se, pois não localizou-se estudo que tenha analisado o *ranking* do nível de RSC, além disso, tem como premissa a importância de se analisar as informações

relacionadas à RSC destas empresas, visto que o índice IBrX-100 é um indicador do desempenho que contempla as 100 empresas com maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro, as quais deveriam se preocupar e divulgar informações sociais e ambientais. Esta análise possibilita identificar se as empresas estão engajadas e também se houve ou não um aumento da preocupação em ações de RSC. Conforme Horta, Ramos e Lima (2011), nas últimas décadas as empresas vem demonstrando maior preocupação para com a sociedade, principalmente quanto aos aspectos de ética, cidadania, direitos humanos, desenvolvimento econômico e sustentável e principalmente a inclusão social.

O estudo da RSC é pertinente, pois ações socioambientais são o alicerce para as empresas que buscam maximizar o impacto positivo e minimizar o impacto negativo diante de suas atividades no mercado (Fraedrich, Ferrel, & Ferrel, 2001) e refletir, com isso, uma melhor imagem aos seus *stakeholders* (clientes, proprietários, empregados, comunidade, fornecedores e governo). Nesse sentido, Healy e Palepu (2001) inferem que os estudos internacionais relacionados ao nível de RSC nas empresas são um campo relativamente bem desenvolvido, no entanto, no Brasil verifica-se escassez de pesquisas com essas abordagens.

Frente aos estudos localizados na literatura, destaca-se ainda como lacuna de pesquisa, a utilização de métricas criadas para verificar e mensurar a RSC de cada empresa a partir do balanço social modelo IBASE, que se encontra anexado ao Relatório Anual. A escolha do balanço social para análise se deu pelo fato de conter informações quantitativas inerentes aos investimentos em ações sociais das empresas analisadas. Neste sentido, pode-se destacar a criação de um índice de RSC de cada empresa da amostra, que se deu a partir da evidenciação de investimentos em ações sociais internas, externas e ambientais. Isso diferencia a pesquisa, principalmente em âmbito internacional, visto que estas utilizam base de dados já constituída para mensuração do nível de RSC das empresas.

Neste sentido, ao explorar estas lacunas, busca-se contribuir teoricamente na identificação e mensuração dos níveis de RSC das empresas analisadas, bem como a comparação destas a partir de um *ranking*.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Responsabilidade Social Corporativa

Na década de 60, com início dos movimentos sociais na França, Alemanha e Inglaterra, originou-se uma intensa pressão advinda da sociedade no que tange à responsabilidade social das empresas a partir de suas atividades (Cunha, Ribeiro, & Santos, 2005).

Conforme Ashley (2010), no Brasil, a RSC desenvolveu-se a partir da década de 1990, por meio dos institutos e das fundações que promoveram essa ascensão, tais como o Instituto Ethos, Instituto de Cidadania Empresarial (ICE), Conselho de Cidadania Empresarial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Núcleo de Ação Social (NAS), Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), Associação de Empresários pela Cidadania (CIVES) e Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES).

Não há uma definição exata para o termo Responsabilidade Social Corporativa (Wood, 1991). Contudo, para McWilliams e Siegel (2001), referencia-se às ações executadas em benefício da sociedade e do meio ambiente e que vão além do que as leis impõem, caracterizando assim, uma ação com caráter voluntário. Com isso, tem-se que a empresa não deve visar apenas lucros, ou seja, que o relacionamento com a sociedade deve estar intrínseco à sua atividade (Pinto & Ribeiro, 2004; Mazzioni *et al.*, 2011).

Nesse sentido, a empresa, além de agente econômico, torna-se um agente social, pois busca a partir de suas atividades o bem-estar social (Souza, Pfitscher, & Frey, 2011). Essa integração, segundo Moscovici (2000), torna-se uma nova forma de gestão empresarial, pela qual as organizações tendem a assumir um maior compromisso para com o desenvolvimento do bem-estar da sociedade e com a melhoria da comunidade.

Destaca-se, contudo, que toda empresa deve estar ciente de que responsabilidade social vai além de seus clientes, mas norteia também a sociedade como parte interessada da própria organização (Longenecker, 1981). Conforme Karkotli (2008), a empresa origina seu aspecto social partindo da ética praticada e aplicada às atividades diárias. Com isso, a RSC torna-se uma ferramenta que está aliada ao desenvolvimento social do país, servindo como vínculo ao setor econômico, social e ambiental.

Conforme Carroll (1979), as empresas identificaram nas atividades de RSC um grande potencial em maximizar seu valor, melhorar sua imagem e reputação no mercado. Surge com isso controvérsias inerentes aos reais retornos à empresa (Machado Filho, 2002). Contudo, frente a tantos conceitos, Oliveira (2005) destaca que a RSC envolve uma gestão empresarial transparente e ética, refletindo na maneira como as empresas agem e este aspecto, de certa forma, impacta no relacionamento entre as partes interessadas (Oliveira, 2005).

O real fato inerente à RSC é que as empresas estão cada vez mais sensibilizadas e motivadas à prática, visando cada vez mais atingir e demonstrar desempenhos ambientais, econômicos e sociais condizentes às necessidades da sociedade. Neste sentido, inicia-se um processo de busca e necessidade de evidencição das informações de ordem social e ambiental (Paiva, 2003). Para tal, têm-se as demonstrações socioambientais, os relatórios de sustentabilidade e/ou relatórios anuais.

2.2 Disclosure Voluntário e Balanço Social

Conforme Aquino e Santana (1992), todo o sistema contábil, cujo objetivo é reportar informações referentes à empresa, depende de informações. Estas informações são evidenciadas ao mercado e demais interessados e, neste sentido, deve ser feita de forma transparente, ou seja, de forma que os dados ou informações nela contidos sejam entendíveis.

Segundo Mazzioni, Di Domenico e Zanin (2011), os relatórios sociais evidenciam as ações de responsabilidade sociais geradas a partir das atividades da empresa, bem como o seu envolvimento com a sociedade e os benefícios proporcionados para esta. Porém, a não obrigatoriedade da divulgação destas informações contribui para o abstencionismo no que tange aos relatórios sociais.

Nesse sentido, em âmbito internacional, a *Global Reporting Initiative* (GRI) é responsável pela publicação das diretrizes que orientam a formulação do relatório de sustentabilidade, os quais evidenciam as ações em RSC das empresas. Essas diretrizes abarcam indicadores quantitativos e qualitativos, os quais seguem parâmetros que asseguram a qualidade e precisão das informações evidenciadas inerentes às ações de responsabilidade social das empresas (GRI, 2006).

No Brasil, tem-se o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), como responsável e que originou o balanço social como ferramenta para fins demonstrativos das ações em responsabilidade socioambiental. Este balanço é de cunho voluntário, mas a partir dos anos 80 as organizações dos diversos setores passaram a publicá-lo. Para alguns setores passou a ser obrigatório a partir do ano de 2008-, (Ibase, 2016). Embora não obrigatório, exceto para o setor de utilidades públicas, o balanço social passou a ser opcional e incorporado nas demonstrações elaboradas pelas empresas, porém, com uma evidencição de caráter quantitativo das informações (Iudícibus, 2004).

O modelo IBASE compreende 51 indicadores inerentes ao exercício anual da empresa, além de informações sobre as práticas da cidadania empresarial e outras informações relevantes (IBASE, 2016). Esses indicadores estão dispostos em sete grupos: i) Base de cálculo; ii) Indicadores sociais internos; iii) Indicadores sociais externos; iv) Indicadores ambientais; v) Indicadores do corpo funcional; vi) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial; e vii) Outras Informações;

Conforme Schenini (2005), por meio do balanço social é possível verificar informações sobre a receita líquida, lucro operacional, folha de pagamento bruta, alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, educação, auxílio creche, participação nos lucros e outros benefícios da empresa. Já, quanto às informações sociais, tem-se os tributos, contribuições para a sociedade, investimentos na cidadania, como educação e cultura, saúde e saneamento, habilitação, esporte e lazer, creches, alimentação e investimentos em meio ambiente.

2.3 Estudos correlatos

Na literatura encontram-se diversos estudos referentes à responsabilidade social das empresas, como os de Pinto e Ribeiro (2004), Oliveira (2005), Renneboog, Horst e Zhang (2007), Dal Magro, Domenico, Utzig, Lavarda e Mazzioni. (2012), Gonzaga et al. (2012) e Schuster, Moretti, Lavarda e Klann (2016).

Pinto e Ribeiro (2004) realizaram a revisão dos conceitos e indicadores do referido balanço social e avaliaram o conteúdo das informações sobre colaboradores, fornecidas pelas maiores indústrias do Estado de Santa Catarina. Destacaram com os achados que o balanço social estava sendo bastante difundido, porém, havia diversos modelos, os indicadores eram os mais variados, faltavam algumas informações relevantes, dentre outros. Quanto às informações fornecidas, ainda não tinham atingido o nível desejado, diante das recomendações que eram apresentadas na literatura, sendo recomendada a utilização de um modelo padrão de balanço social com uniformidade das informações.

Oliveira (2005) coletou os balanços sociais publicados pelas 500 maiores empresas S.A. não financeiras do Brasil. Os achados revelaram que o tamanho da empresa era influenciador da divulgação, ou seja, quanto maior a empresa, maior era a publicação do balanço social. Além disso, as maiores empresas brasileiras se assemelhavam às internacionais quanto à divulgação dos balanços sociais, no aspecto “número de publicações”. Verificaram também que as empresas que mais publicavam estavam nos setores de atividades que possuíam alguns dos maiores impactos sociais e ambientais, como o petróleo, a eletricidade e o gás. O autor concluiu que os balanços sociais precisavam passar por um processo de normatização voluntária para que não perdessem sua legitimidade.

Renneboog *et al.* (2007) apresentaram uma revisão crítica sobre a literatura que envolvia investimentos socialmente responsáveis. Inicialmente, inferiram que durante a última década, as evidências de investimentos socialmente responsáveis tiveram uma expansão em todo mundo, reflexo da crescente conscientização dos investidores para com as questões sociais, ambientais, éticas e corporativas. Concluíram que os estudos existentes sugeriam que os investidores socialmente responsáveis estavam dispostos a aceitar o desempenho financeiro abaixo do esperado para prosseguir com os objetivos sociais ou éticos. Além disso, o surgimento dos investimentos socialmente responsáveis abriu uma lacuna de pesquisa significativa em finanças corporativas, precificação de ativos e intermediação financeira.

Dal Magro *et al.* (2012) tiveram por objetivo identificar o nível de responsabilidade social por meio dos indicadores divulgados no balanço social das empresas listadas na BM&FBovespa. A população do estudo foi composta pelas 46 empresas da BM&FBovespa pertencentes ao programa Em Boa Companhia. A amostra foi de apenas 18 empresas no ano de 2010. Os resultados destacaram a baixa evidência de empresas que publicavam o balanço social. Revelaram também que os investimentos em indicadores ambientais eram consideravelmente inferiores aos indicadores internos e externos de responsabilidade social.

Tendo como objetivo avaliar se o balanço social, divulgado no relatório anual, registrava a responsabilidade social das empresas brasileiras de capital aberto, Gonzaga *et al.* (2012) analisaram 375 empresas abertas e negociadas na BM&FBovespa em 2011. Os resultados sugerem que o Banco do Brasil evidenciava o maior número de indicadores sociais, seguido da

Petrobras. O balanço social anexo ao relatório anual das empresas evidenciava parcialmente a responsabilidade social das empresas brasileiras de capital aberto, mas mesmo assim era a melhor ferramenta de evidenciação. No entanto, a falta de obrigatoriedade de utilização pela empresa fazia com que o balanço social fosse prejudicado.

Com o mesmo objetivo do estudo de Dal Magro *et al.* (2012), os resultados de Schuster *et al.* (2016) indicaram que a empresa Banco do Brasil foi a que mais investiu em indicadores sociais internos no período analisado, enquanto a empresa Ultrapar foi a que menos investiu. No que tange aos indicadores externos, a empresa Cemig apresentou o maior valor. Evidenciaram, também, que dentre as empresas que divulgavam seus investimentos por meio do Balanço Social, os investimentos com indicadores ambientais era inferior aos indicadores internos e externos. Por fim, constataram que quase todo o valor investido em indicadores externos era destinado para os tributos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de cumprir o objetivo de analisar o *ranking* do nível de responsabilidade social corporativa das empresas brasileiras listadas no IBrX-100, fez-se uma pesquisa descritiva, documental e com abordagem quantitativa. A população do estudo compreendeu todas as empresas listadas no Índice Brasil 100 (IBrX-100) da BM&FBovespa. Depois de excluídas as empresas Vale, Petrobras, Bradesco e Eletrobrás, por estarem listadas em duplicidade, a população do estudo ficou composta por 96 empresas.

Já a amostra da pesquisa foi composta por todas as empresas que divulgaram investimentos em RSC por meio do Balanço Social no período proposto para análise. Para tal, buscou-se o Relatório de Sustentabilidade (RS) ou Relatório Anual (RA) disponíveis no sítio eletrônico das empresas, sendo efetuada em seguida coleta de dados a partir da Demonstração do Balanço Social contido nestes relatórios. Dessa forma, o Tabela 1 expõe o total de empresas que compõe a amostra para cada ano da análise.

Tabela 1 - Amostra da pesquisa

Item	Total				
	2011	2012	2013	2014	2015
População total	96	96	96	96	96
Empresas sem dados de RSC	75	74	74	76	86
Amostra	21	22	22	20	10

Fonte: Dados da pesquisa.

Tendo em vista que a pesquisa visa analisar o *ranking* a partir do nível de investimentos em responsabilidade social, verificou-se os investimentos das empresas analisadas por meio do Balanço Social, modelo IBASE. O Quadro 1 expõe os indicadores do balanço social.

Quadro 1- Indicadores do Balanço Social

Grupos	Informação
Base de cálculo	Receita Líquida; Resultado Operacional; Folha de Pagamento.
Indicadores sociais internos	Alimentação; Encargos Sociais Compulsórios; Previdência Privada; Saúde; Saúde e Segurança no Trabalho; Educação; Cultura; Capacitação e Desenvolvimento Profissional; Transporte, Participação nos Lucros ou Resultados.

Indicadores sociais externos	Educação; Cultura; Saúde e Saneamento; Esporte; Combate à Fome e Segurança Alimentar; Geração de Trabalho e Renda.
Indicadores ambientais	Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa; Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos.
Indicadores de corpo funcional	Número de Empregados(as) no Fim do Período; Número de Admissões durante o Período; Número de Desligamentos durante o Período; Número de Empregados(as) Terceirizados (as); Número de Estagiários(as); Número de Aprendizizes; Número de Empregados(as) Acima de 45 anos.
Informações referentes ao exercício da cidadania	Relação entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa; Número Total de Acidentes de Trabalho.
Outras informações	Outras informações relevantes relacionadas a práticas sociais e ambientais.

Fonte: IBASE (2016).

Para análise do objetivo proposto, utilizou-se apenas os indicadores sociais internos, indicadores sociais externos e indicadores sociais ambientes, sendo como base de cálculo a porcentagem de investimentos em relação à receita líquida, devido à disponibilidade dos dados e a utilização da receita líquida como base de referência no próprio Balanço Social das empresas. O modelo de Balanço Social proposto pelo IBASE contém informações transparentes e de fácil entendimento, além disso, é o modelo mais utilizado por empresas brasileiras para evidencição quantitativa de seus investimentos em RSC (Dal Magro *et al.*, 2012).

Após verificar a porcentagem de investimentos divulgados em RSC em cada um dos indicadores, formulou-se um índice único (IRSC), que demonstra o nível de RSC de cada empresa, o qual foi utilizado para o *ranking*. Para tal, com auxílio de planilha eletrônica, inicialmente gerou-se pesos de informação pela aplicação da técnica de entropia da informação para cada variável de RSC, ou seja, para os indicadores sociais internos, externos e ambientais. Neste sentido, tem-se que o maior o score do peso informacional represente menor entropia e, consequentemente, um poder informacional à respectiva variável. Conforme Bertalanffy (2002), a entropia caracteriza-se como uma medida de desordem e logaritmo da probabilidade. Tem-se ainda que por meio desta técnica é possível mensurar um peso de informação que é transmitido por cada variável.

A partir do peso de informação gerado pela entropia a cada variável, procedeu-se ao cálculo índice único de RSC para cada empresa analisada. Este índice incorporou as três variáveis pela aplicação do Método *Technique for Order Preference by Similarity to an Ideal Solution* (TOPSIS).

O TOPSIS é operacionalizado com a premissa de solução de compromisso a fim de classificar a melhor alternativa como solução ideal positiva (solução ótima) e a mais distante da solução ideal negativa (solução inferior). Com isso, é gerado um índice que varia entre zero (0) e um (1) e determina-se a melhor alternativa (Bulgurcu, 2012). Segundo Tzeng e Huang (2011), no método TOPSIS as escolhas ideais são fornecidas pela distância considerada mais curta entre a solução ideal positiva, e a mais distante para a solução ideal negativa.

Por fim, procedendo-se os passos do método, formou-se um *ranking* para as empresas analisadas. Para tal, utilizou-se o índice que varia entre 0 e 1, sendo 1 para o valor ideal buscado e 0 para o valor ideal não buscado. Neste sentido, visto o objetivo do estudo, considera-se que as empresas que apresentaram índices próximos de um possuem maior RSC.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, inicialmente, é apresentada a análise da estatística descritiva do índice de RSC de todas as empresas analisadas, composta pelos valores do mínimo, máximo, média, desvio padrão, assimetria e curtose. Na Tabela 1 apresenta-se a estatística descritiva do índice de responsabilidade social corporativa no período de 2011 a 2015.

Tabela 2 - Estatística descritiva do índice de RSC no período de 2011 a 2015

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Assimetria	Curtose
-----------	--------	--------	-------	---------------	------------	---------

Variáveis de RSC						
IRSC	0,0000	1,0000	0,2942	0,1978	0,0118	0,7943

Verifica-se, a partir da Tabela 2, que o índice IRSC, formado a partir da entropia de informação e TOPSIS, apresentou um máximo de 1,000 e mínimo 0,0000, evidenciando que algumas empresas possuem um compromisso com a RSC, enquanto outras apresentaram baixo ou nenhum indício de práticas de RSC. Pode-se verificar, além disso, que o desvio padrão do IRSC foi abaixo da média, bem como uma normalidade avaliada a partir dos coeficientes de assimetria e curtose, sendo 0,0118 e 0,7943, respectivamente. Kline (2005) sugere que assimetria deve ser menor ou estar próximo de 3 e a curtose menor ou próxima de 10.

Apresenta-se a seguir, por meio do Gráfico 1, a tendência do nível de RSC por período analisado, demonstrada pelo IRSC.

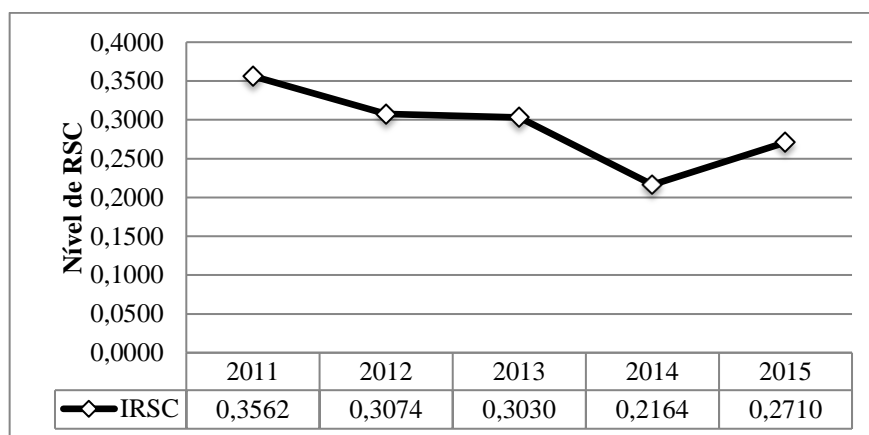


Gráfico 1- Tendência dos níveis de RSC anuais

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se a partir do Gráfico 1, que as empresas apresentaram a maior média no índice de RSC no ano de 2011. Nos anos posteriores da análise este índice decaiu (2011 para 2012), mantendo-se praticamente em equilíbrio em 2013, e tendo o menor nível no ano de 2014. No entanto, isso não necessariamente significa uma queda nos investimentos em RSC. É necessário destacar, nesse sentido, que pode ter ocorrido uma melhora no pior cenário ou uma piora no melhor cenário analisado, levando-se em conta que se trabalhou com *ranking* para esta variável (IRSC). No ano de 2015 o nível de RSC aumentou um pouco, porém, não superou os anos iniciais da análise.

4.1 Análise do *ranking* do nível de RSC

Esta seção contempla os resultados dos *rankings* formados a partir a aplicação do método de entropia da informação e TOPSIS. A partir do método TOPSIS, gerou-se um índice de Responsabilidade Social Corporativa (IRSC) único para cada empresa, sendo gerado o *ranking* ao final deste processo.

A Tabela 3 apresenta o *ranking* formado a partir dos índices de RSC das empresas analisadas no ano de 2011.

Tabela 3 – *Ranking* final do nível de RSC em 2011

Empresa	Posição	Escore	Empresa	Posição	Escore	Empresa	Posição	Escore
Copel	1 ^a	0,835	Petrobrás	8 ^a	0,591	Lojas Renner	15 ^a	0,153
EDP Energias	2 ^a	0,741	Cesp	9 ^a	0,374	Duratex	16 ^a	0,094

Cemig	3 ^a	0,719	Banco do Brasil	10 ^a	0,294	Embraer	17 ^a	0,092
CPFL Energia	4 ^a	0,658	Eletrobrás	11 ^a	0,259	Usiminas	18 ^a	0,089
Equatorial	5 ^a	0,618	Sabesp	12 ^a	0,228	AES Tietê	19 ^a	0,074
Eletropaulo	6 ^a	0,610	Weg	13 ^a	0,204	Ecorodovias	20 ^a	0,033
Light	7 ^a	0,604	BRF	14 ^a	0,190	Ultrapar	21 ^a	0,021

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir do exposto na Tabela 3, é possível constatar que 21 empresas evidenciaram suas ações em RSC por meio do Balanço Social em 2011. Com base nestes dados, verifica-se que a Companhia Paranaense de Energia – COPEL foi a que apresentou o maior índice de RSC (0,835). Em seguida, encontra-se a Companhia EDP Energias do Brasil, com um índice 0,741 e a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, que apresentou um índice 0,719. Cabe ressaltar que as três empresas com maiores índices pertencem ao setor de utilidade pública.

As demais empresas deste *ranking* apresentaram um índice abaixo de 0,700, sendo que as três empresas com o menor índice foram a AES Tietê (Utilidade Pública), com índice 0,074, a empresa Ecorodovias Infraestrutura e Logística SA (Bens Industriais), com índice 0,033, e Ultrapar Participações (Petróleo, Gás e Biocombustíveis), com índice 0,021.

A seguir, a Tabela 4 apresenta o *ranking* formado a partir dos índices de RSC das empresas analisadas no ano de 2012.

Tabela 4 – Ranking final do nível de RSC em 2012

Empresa	Posição	Escore	Empresa	Posição	Escore	Empresa	Posição	Escore
Copel	1 ^a	0,711	Equatorial	9 ^a	0,384	Ecorodovias	16 ^a	0,182
Banco do Brasil	2 ^a	0,534	Lojas Renner	10 ^a	0,339	Duralex	17 ^a	0,152
Cemig	3 ^a	0,487	AES Tietê	11 ^a	0,294	Multiplus	18 ^a	0,149
EDP Energias	4 ^a	0,457	Cesp	12 ^a	0,284	BRF	19 ^a	0,148
CPFL Energia	5 ^a	0,430	Eletrobrás	13 ^a	0,240	Embraer	20 ^a	0,140
Light	6 ^a	0,426	Weg	14 ^a	0,218	Gerdau	21 ^a	0,124
Eletropaulo	7 ^a	0,420	Sabesp	15 ^a	0,215	Ultrapar	22 ^a	0,019
Petrobrás	8 ^a	0,412						

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se, a partir da Tabela 4, que apenas duas apresentaram índices acima de 0,5, o que demonstra que neste ano as empresas divulgaram investimentos significativamente menores em relação às empresas COPEL e Banco do Brasil. Com isso, pode-se verificar que a Companhia Paranaense de Energia – COPEL, refletindo o desempenho social já evidenciado em 2011, foi a que apresentou o maior índice de RSC (0,711). Em segundo lugar ficou a empresa Banco do Brasil, que apresentou um índice 0,534, esta que no ano 2011 ocupava a 10^a colocação no *ranking*.

Em terceiro lugar, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, que em 2011 apresentava-se também na terceira colocação, evidenciou um índice 0,487. As empresas com os menores índices foram a Embraer (Bens Industriais), com 0,140, Gerdau (Materiais Básicos), com índice de 0,124, e Ultrapar Participações (Petróleo, Gás e Biocombustíveis), com índice 0,019, esta que pelo segundo ano consecutivo apresentou-se em último no *ranking*.

A Tabela 5 apresenta o *ranking* formado a partir dos índices de RSC das empresas analisadas no ano de 2013.

Tabela 5 - Ranking final do nível de RSC em 2013

Empresa	Posição	Escore	Empresa	Posição	Escore	Empresa	Posição	Escore
Banco do Brasil	1 ^a	0,664	Eletrobrás	9 ^a	0,362	Ecorodovias	16 ^a	0,210

Copel	2 ^a	0,600	CPFL Energia	10 ^a	0,332	Duralex	17 ^a	0,197
Cemig	3 ^a	0,430	Lojas Renner	11 ^a	0,331	BRF	18 ^a	0,165
Light	4 ^a	0,417	Cesp	12 ^a	0,284	Multiplus	19 ^a	0,153
EDP Energias	5 ^a	0,393	Weg	13 ^a	0,248	Gerdau	20 ^a	0,149
Petrobrás	6 ^a	0,376	Sabesp	14 ^a	0,236	Embraer	21 ^a	0,137
Equatorial	7 ^a	0,368	AES Tietê	15 ^a	0,229	Ultrapar	22 ^a	0,019
Eletropaulo	8 ^a	0,366						

Fonte: Dados da pesquisa.

Constata-se, a partir da Tabela 5, que novamente apenas duas empresas apresentaram índices superiores a 0,5, repetindo o desempenho das empresas no ano 2012. Este resultado pode ser considerado intrigante, haja vista que praticamente 50% das 22 empresas tiveram um aumento na sua receita líquida em 2013, quando comparado ao ano de 2012. No entanto, a redução dos investimentos em RSC pode ter sido reflexo da crise financeira no Brasil, levando as empresas ao corte de gastos visando, a partir das receitas, superar dificuldades futuras que norteiem suas atividades.

Em primeiro lugar no *ranking* aparece a empresa Banco do Brasil, com índice 0,664, seguida pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL, com índice de 0,600. As demais empresas apresentaram índices abaixo de 0,5. Repetindo o desempenho evidenciado em 2012, destacam-se as empresas Embraer (Bens Industriais), Gerdau (Materiais Básicos) e Ultrapar Participações (Petróleo, Gás e Biocombustíveis), como aquelas que apresentaram os menores índices. Este resultado vai ao encontro de Schuster et al. (2016), os quais destacam que o Banco do Brasil foi a que mais investiu em indicadores sociais internos no período analisado, enquanto a empresa Ultrapar foi a que menos investiu.

A Tabela 6 expõe o *ranking* formado a partir dos índices de RSC das empresas analisadas no ano de 2014.

Tabela 6 – Ranking final do nível de RSC em 2014

Empresa	Posição	Escore	Empresa	Posição	Escore	Empresa	Posição	Escore
Duralex	1 ^a	0,803	Eletrobrás	8 ^a	0,246	Sabesp	15 ^a	0,117
Light	2 ^a	0,336	CPFL Energia	9 ^a	0,227	BRF	16 ^a	0,099
Cemig	3 ^a	0,285	Equatorial	10 ^a	0,223	Localiza	17 ^a	0,0770
Copel	4 ^a	0,283	Cesp	11 ^a	0,214	Embraer	18 ^a	0,077
Banco do Brasil	5 ^a	0,273	Eletropaulo	12 ^a	0,197	AES Tietê	19 ^a	0,050
Petrobrás	6 ^a	0,256	Ecorodovias	13 ^a	0,157	Ultrapar	20 ^a	0,011
EDP Energias	7 ^a	0,247	Multiplus	14 ^a	0,152			

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir do exposto na Tabela 6, é possível constatar que a empresa Duralex foi a que apresentou o maior índice de RSC (0,803), sendo que neste ano foram evidenciados os menores índices do período de análise, as demais empresas apresentaram índices inferiores a 0,4. Pode-se destacar que o menor índice foi apresentado pelas empresas Embraer (Bens Industriais), AES Tietê (Utilidade Pública) e Ultrapar Participações SA (Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

A Tabela 7 expõe o *ranking* formado a partir dos índices de RSC das empresas analisadas no ano de 2015.

Tabela 7 – Ranking final do nível de RSC em 2015

Empresa	Posição	Escore	Empresa	Posição	Escore	Empresa	Posição	Escore
Sabesp	1 ^a	0,526	Copel	5 ^a	0,275	Cesp	8 ^a	0,077
Petrobrás	2 ^a	0,510	Cemig	6 ^a	0,190	AES Tietê	9 ^a	0,040

Ultrapar	3 ^a	0,503	Eletropaulo	7 ^a	0,109	Equatorial	10 ^a	0,012
Banco do Brasil	4 ^a	0,469						

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir do exposto na Tabela 7, é possível constatar que esta evidenciação caiu 12,50% em relação ao ano com maior número de empresas que evidenciaram tais informações (2012 e 2013).

Verifica-se ainda que a Companhia Saneamento Básico Est São Paulo - SABESP foi a que apresentou o maior índice de RSC (0,526), seguida pela Petróleo Brasileiro - PETROBRAS, com um índice de 0,510, e da Ultrapar Participações SA, que apresentou um índice 0,503 e que pela primeira vez apareceu entre primeiras no *ranking*. Além disso, pode-se destacar que o menor índice foi apresentado pelas Equatorial Energia (0,012).

A seguir, o Quadro 2 apresenta as cinco empresas com maiores índices de RSC para o período analisado.

Quadro 2 - *Ranking* das cinco empresas com maiores índices de RSC no período 2011 a 2015

Posição	Empresa				
	2011	2012	2013	2014	2015
1 ^a	Copel	Copel	Banco do Brasil	Duralex	Sabesp
2 ^a	EDP Energias	Banco do Brasil	Copel	Light	Petrobrás
3 ^a	Cemig	Cemig	Cemig	Cemig	Ultrapar
4 ^a	CPFL Energia	EDP Energias	Light	Copel	Banco do Brasil
5 ^a	Equatorial	CPFL Energia	EDP Energias BR	Banco do Brasil	Copel

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se dar destaque, a partir do Quadro 1, à Companhia Paranaense de Energia - COPEL, a qual apresentou nos anos 2011 e 2012 o maior índice de RSC, passando a assumir o segundo lugar no *ranking* nos anos 2013, quarto e quinto lugar em 2014 e 2015, respectivamente. A empresa que têm como missão “promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação e estimular a geração e a renovação de produtos, serviços e processos” (Copel, 2017), assume o conceito de que as empresas com responsabilidade socioambiental visam principalmente colaborar para o desenvolvimento social e do meio ambiente (Ethos, 2001), demonstrando que está executando atividades com conduta ética e socialmente responsáveis.

Pode-se verificar que as únicas empresas que se mantiveram entre as cinco com maiores índices de RSC foram a Companhia Paranaense de Energia – COPEL; as empresas CEMIG e Banco do Brasil estiveram entre as com melhores índices por 4 anos; a empresa Ultrapar, que até 2014 apresentava-se em último no *ranking*, em 2015 teve o terceiro maior índice de RSC (0,503). Quanto à empresa WEG, vale destacar que possui divulgação de investimentos e ações de RSC por meio do relato integrado, o que pode ter sido o fato gerador para o desempenho evidenciado.

4.2 Discussão dos Resultados

Primeiramente, faz-se necessário destacar que dentre as 96 empresas que compõem a população do presente estudo, apenas 22 evidenciaram informações sobre investimentos em ações de RSC por meio do Balanço Social proposto pelo IBASE. Uma ressalva deve ser feita para as empresas do setor de Utilidade Pública, sendo que 11 que compõem a amostra (50%) evidenciaram informações de RSC no Balanço Social. Isso se deve ao fato de que o setor regulado, as concessionárias e permissionárias do serviço público de saneamento e energia elétrica, a partir do exercício de 2007, passaram a ter a obrigatoriedade de elaborar o Relatório de Responsabilidade Socioambiental e encaminhá-lo à agência reguladora, conforme a Resolução Normativa no. 444 de 26 de outubro de 2001, revogada pela Resolução Normativa

no. 605 de novembro de 2014, que aprovou o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Inicialmente, destaca-se que a classificação das empresas para cumprir o objetivo proposto pelo estudo se deu a partir do método TOPSIS. Este gera índices que variam de zero (0) a um (1), levando em consideração os pesos da informação de cada variável. Com isso, pode-se inferir que no ano 2011 menos de 1/4 das empresas analisadas divulgaram investimentos em ações voltadas à sociedade e ao meio ambiente, evidenciados pelo Balanço Social e estiveram no *ranking* de RSC. Este cenário não se alterou nos anos posteriores (2012, 2013 e 2014). Em 2015 ocorreu ainda uma queda no número de empresas que evidenciaram investimentos em ações de RSC, somente 10 dentre as 96 que compunham a população.

Estes resultados contrariam os encontrados por Renneboog *et al.* (2007), os quais indicaram uma expansão nas evidências de investimentos socialmente responsáveis, como reflexo da crescente conscientização dos investidores para com as questões sociais, ambientais, éticas e corporativas. Os achados divergem em dois aspectos dos inferidos por estes autores, levando em consideração o período de análise do presente estudo.

O primeiro é que não se verificou uma expansão de investimentos divulgados nas ações socialmente responsáveis, a partir das evidências das empresas analisadas, pois 22 empresas evidenciaram essas ações em 2012 e 2014 e apenas 10 no último ano analisado, 2015.

O segundo aspecto refere-se à crescente conscientização nas ações de RSC, visto que das poucas empresas que apresentaram o Balanço Social, um número reduzido demonstrou índices significativos de investimentos, sendo que mais da metade das empresas em cada ano analisado não apresentaram índices de RSC, ou seja, não evidenciaram investimentos.

Este achado corrobora os de Dal Magro *et al.* (2012) e Schuster *et al.* (2016), os quais destacam a baixa evidência de empresas que publicam o Balanço Social. Nesse sentido, Gonzaga *et al.* (2012) inferiram, a partir de seu estudo, que a falta de obrigatoriedade de utilização do Balanço Social para evidenciar as ações socioambientais pela empresa faz com que este seja prejudicado.

Na visão de Pinto e Ribeiro (2004), uma empresa não deve visar apenas lucros diante da atividade que executa no mercado, o relacionamento e as contribuições para com a sociedade devem estar intrínsecos, principalmente as ações de preservação do meio ambiente, a criação e manutenção de empregos, a profissionalização dos colaboradores e a qualidade dos produtos e serviços oferecidos. Além disso, McWilliams e Siegel (2001) enfatizam que estas ações em prol do bem social também podem ser de caráter voluntário.

Nesse sentido, há uma tendência de que as empresas brasileiras analisadas não possuam um planejamento que abrange todos os aspectos de responsabilidade social corporativa (interno, externo e ambiental), visto que mais da metade da amostra não divulgou investimentos nesta área. Além disso, o número de empresas que apresentaram o balanço social no período de análise diminuiu do ano 2011 para 2015, bem como os investimentos divulgados em RSC no mesmo período.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Este estudo teve por objetivo analisar o *ranking* do nível de Responsabilidade Social Corporativa das empresas brasileiras listadas no IBrX-100. Para tal, realizou-se pesquisa descritiva, documental e quantitativa. As técnicas estatísticas utilizadas para o tratamento e análise dos dados foram a entropia da informação e método TOPSIS. A população do estudo compreendeu as empresas brasileiras listadas no IBrX-100, sendo que apenas 22 destas empresas compuseram a amostra, no ano com mais evidência (2015). O período de análise correspondeu aos anos de 2011 a 2015.

Verificou-se que dentre as 22 empresas que compõe a amostra do estudo, as empresas do setor Utilidade Pública tiveram destaque, sendo que praticamente a metade da amostra em

todos os anos era composta por empresas deste setor. No entanto, há uma tendência de que este fato esteja atrelado à obrigatoriedade de elaboração do Relatório de Responsabilidade Socioambiental para o setor regulado, mais especificamente às concessionárias e permissionárias do serviço público de saneamento e energia elétrica, que passou a ter vigência a partir do ano 2007, conforme a Resolução Normativa 444 de 26 de outubro de 2001, revogada pela Resolução Normativa 605 de novembro de 2014, que aprovou o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

O setor de Utilidade Pública teve destaque ainda por apresentar em todos os anos da análise, empresas entre as com maiores índices de RSC. Contudo, a obrigatoriedade de evidenciação não é a variável explicativa para encontrar este setor como destaque, visto o alto nível de investimentos apresentados por estas empresas. Isso demonstra a constante consciência deste setor para com a sociedade e o meio ambiente e reflete num modelo a ser seguido pelas demais empresas dos mais diversos setores. Neste sentido, cabe destacar a tendência evidenciada pelo estudo de que as empresas brasileiras analisadas estão com fraco planejamento no que tange aos aspectos de Responsabilidade Social Corporativa (interno, externo e ambiental), visto que mais 75% da população não divulgaram investimentos nesta área.

Por fim, para futuras pesquisas, sugere-se que a inclusão de amostra de outros países pode acrescentar resultados importantes para a literatura e o tema pesquisado, haja vista que possibilita observar se o mercado em que as empresas estão inseridas influencia os investimentos em ações voltadas ao bem estar social e ambiental (RSC). Recomenda-se também a utilização de outras métricas para se estabelecer e mensurar o nível de RSC de cada empresa e a utilização de bases de dados diferenciadas, como o GRI, por exemplo, as quais podem limitar ou resultar em melhores achados.

REFERÊNCIAS

- Aquino, W. D., & Santana, A. C. D. (1992). Evidenciação. *Caderno de Estudos*, (5), 01-40.
- Bertalanffy, L. V. (2002). Teoría general de los sistemas. In: Teoría general de los sistemas. *México DF: Fondo de Cultura Económica*, 2693-2702.
- Bulgurcu, B. K. (2012). Application of TOPSIS technique for financial performance evaluation of technology firms in Istanbul stock exchange market. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 62, 1033-1040.
- Burchell, S., Clubb, C., & Hopwood, A. G. (1985). Accounting in its social context: towards a history of value added in the United Kingdom. *Accounting, organizations and Society*, 10(4), 381-413.
- Bushman, R. M., & Smith, A. J. (2003). Transparency, financial accounting information, and corporate governance.
- Carroll, A. B. (1979). A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of management review*, 4(4), 497-505.
- Carroll, A. B. (1999). Corporate social responsibility: Evolution of a definitional construct. *Business & society*, 38(3), 268-295.
- Cunha, J. V. A. D., Ribeiro, M. D. S., & Santos, A. D. (2005). A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. *Revista Contabilidade & Finanças*, 16(37), 7-23.

Bau Dal Magro, C., Di Domenico, D., Santore Utzig, M. J., Facin Lavarda, C. E., & Mazzioni, S. (2012). RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA. *Gestão & Planejamento-G&P*, 13(3).

Ferraz, M. O., & Scudeler, V. C. (2013). O balanço social como indicador da responsabilidade social empresarial. *Universitas*, (2).

Fraedrich, J., Ferrell, O. C., & Ferrel, L. (2002). *Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos*. Reichmann & Affonso.

Initiative-GRI, G. R. (2006). Diretrizes para relatório de sustentabilidade 2006. *São Paulo*.

Hackston, D., & Milne, M. J. (1996). Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 9(1), 77–108.

Healy, P. M., & Palepu, K. G. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of accounting and economics*, 31(1), 405-440.

Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (2007). Teoria da contabilidade; tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. *São Paulo: Atlas*, 277-297.

Horta, C. E. R., Ramos, F. R., & Lima, L. (2011). *Responsabilidade Social*. Abmes, 1(5), 19-25.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Econômicas. *Balanço Social*. Recuperado em 20 de outubro de 2016, de <<http://www.ibase.br/>>.

Instituto Ethos. *O Balanço Social e a comunicação da empresa com a sociedade*. Recuperado em 05 de janeiro de 2017, de <<http://www3.ethos.org.br/cedoc/o-balanco-social-e-a-comunicacao-da-empresa-com-a-sociedade-6a-edicao-2/#.V4Z4KdIrLIU>>.

LOPES, A. B., & IUDÍCIBUS, S. D. (2004). *Teoria avançada da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 233-273.

Longenecker, J. G. (1981). *Introdução à administração: uma abordagem comportamental*. Atlas.

Luca, M. M. M. (1998). *Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. Atlas.

Luca, M. M. M., Moura, M. A. F., & Mascimento, M. S. P. (2012). Evidenciação voluntária de informações sociais por empresas de capital aberto no Brasil com base nos indicadores de responsabilidade social da ONU. *Revista Alcance*, 19(3).

Machado Filho, C. A. P. (2002). Responsabilidade social corporativa e a criação de valor para as organizações: um estudo multicase. Tese (Doutorado em Administração de Empresas)

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo São Paulo.

Mazzioni, S., Di Domenico, D., & Zanin, A. (2010). A evidenciação da prática corporativa de ações de responsabilidade social com o uso do balanço social. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 9(27).

McWilliams, A., & Siegel, D. (2001). Corporate social responsibility: A theory of the firm perspective. *Academy of management review*, 26(1), 117-127.

Moscovici, F. (2002). *Renascença organizacional*. José Olympio. 1(8).

Mullenbach, A., & Gond, J. P. (2004). Les fondements théoriques de la responsabilité sociétale de l'entreprise. *Revue des Sciences de Gestion*, (205), 93-116.

Puppim de Oliveira, J. A. (2005). Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. *RAE-eletrônica*, 4(1).

Paiva, P. R. D. (2003). Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. In *Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção*. Atlas.

Pinto, A. L., & Ribeiro, M. D. S. (2004). Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. *Revista contabilidade & finanças*, 15(36), 21-34..

Renneboog, L., Ter Horst, J., & Zhang, C. (2008). Socially responsible investments: Institutional aspects, performance, and investor behavior. *Journal of Banking & Finance*, 32(9), 1723-1742.

Schenini, P. C., Cardoso, A. C. F., & Rensi, F. (2005). Responsabilidade social corporativa. *Gestão empresarial sócio ambiental*. Florianópolis: Nova Letra, 35-60.

Schuster, H. A., Moretti, B. R., Facin Lavarda, C. E., & Klann, R. C. (2016). Responsabilidade social das empresas que pertencem ao programa “Em Boa Companhia” da BM&FBOVESPA. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, (9).

Tzeng, G. H., & Huang, J. J. (2011). *Multiple attribute decision making: methods and applications*. CRC press.